



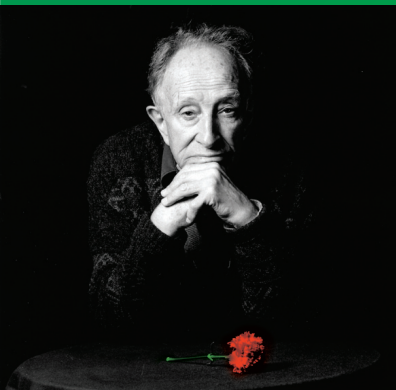
Associação Conquistas da Revolução

Nº 14 | JUNHO 2016

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL



OS COMPANHEIROS

Novamente Vasco, o Companheiro Vasco, à nossa frente, na nitidez dos dias que atravessamos. Os livros que são publicados, sobre esse imenso mundo da Revolução de Abril e dos cerca de 500 dias decisivos de 1974 e 1975, trazem-nos a sua coragem e transparência, o seu papel fundamental no avanço das vitórias e conquistas populares, ao lado dos mais coerentes e lutadores.

Ao contrário, documentos entretanto desclassificados, no império dos EUA e da CIA, mostram claramente a traição dos que escreviam aos patrões americanos e ofereciam os seus préstimos para destruir a nossa independência, a força que nos levava à reforma agrária, às nacionalizações, ao controlo operário, à criação de riqueza melhor distribuída para quem trabalhava e conquistava a liberdade, os direitos fundamentais, o quotidiano em paz e com futuro assegurado.

Agora, Portugal, em muitos aspectos da nossa vida, parece regressar aos anos negros do fascismo. Os últimos governos destruíram conquistas de Abril

03 | *Carta à juventude Portuguesa*

04 | *Nota sobre o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa*

06 | *O TTIP - cavalo de Troia das multinacionais*

08 | *Criação e fruição literárias*

10 | *Assim vai o Mundo...*

12 | *Próximas Iniciativas*



e entregaram ainda mais a nossa independência, democracia e liberdade nas mãos de agentes de imperialismos visíveis e mais ocultos.

Nas últimas eleições, graças à luta intensa dos trabalhadores, das organizações sindicais dignas desse nome, das forças políticas e sociais clarividentes, corajosas e revolucionárias, o povo português deu a maioria na Assembleia da República a outras forças políticas, afastando a direita coligada e revanchista do governo da República.

A coragem de virar o rumo impunha-se e foi impulsionada por quem consegue ver sempre mais longe, na abertura de novos caminhos de empenhamento e de desafio.

Aqui estamos, numa fase decisiva para avançarmos e vencermos esse imenso descalabro da dívida cavada pelos estrategas da destruição de países e povos, pelos que

nas crises engordam mais e mais os que já são poderosos, alargando a imensidade dos pobres, dos desfavorecidos, dos explorados e humilhados.

Rigor, firmeza e competência na acção e nas lutas, eis o que se impõe a todos nós. Não o palavreado oco que Lenine e Álvaro Cunhal tão bem caracterizaram e combateram em duas das obras fundamentais para construirmos a nossa identidade, a nossa opção de classe e o nosso futuro. Não o ficar à espera de nada e de coisa nenhuma, mas sim o estarmos lá, onde se impõe estar, ao lado dos mais corajosos e descobridores de novos caminhos de independência e de afirmação das classes e camadas principais, os trabalhadores e seus aliados, os que irão em frente, na resistência e na coragem de Vasco Gonçalves e dos que estarão sempre connosco, no nosso coração e no nosso futuro.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR



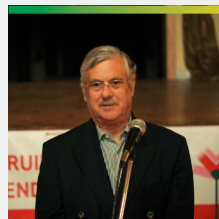
Associação Conquistas da Revolução

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178 0002 9245 630



Carta à juventude Portuguesa

No Artigo 70º da Constituição da República Portuguesa (Juventude), está consignado em 1. “Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente; b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social; c) No acesso à habitação”. E anteriormente no Artigo 58º (Direito ao Trabalho), já se referia: 1. Todos têm direito ao trabalho. 2. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover: a) A execução de políticas de pleno emprego; b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais; c) A formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.

Mas por razões que se prendem com as restrições orçamentais em que vivemos, o cumprimento destes desideratos não tem sido conseguido de uma forma satisfatória. Uma União Europeia intolerante com os países do Sul, a situação da banca internacional e outros factores externos como a retracção dos nossos habituais mercados importadores e a flutuação do preço do petróleo, não têm atraído investimento produtivo que permita a Portugal criar novas empresas, aumentar as exportações e o consumo interno de uma forma significativa. Desta forma não têm existido condições para a criação de um 1º emprego para a juventude, o que vos tem empurrado para a emigração, uma vez

que normalmente os salários oferecidos são aviltantes e o trabalho não tem muitas vezes qualquer relação com a formação académica que obtiveram. Estão também sujeitos à humilhação de continuar a sobrecarregar os pais, a casar cada vez mais tarde e a ter cada vez menos filhos. Não tenham dúvidas que são as principais vítimas destas políticas de austeridade. Será que existe da vossa parte uma atitude de aparente indiferença e pouca vontade de alterar esta situação? Por vezes a vossa ausência de determinadas iniciativas político-culturais, parece indicar relutância em conhecer a nossa história recente, o que é preocupante porque pode fazer-vos voltar à penúria do passado. É claro que não me estou a referir às juventudes partidárias que constituem um caso especial.

Vocês jovens parecem compactuar com um diálogo de silêncio, correndo o risco de nada fazer contra estas medidas descricionárias, como se as considerassem inevitáveis. Quero lembrar-vos, que embora num contexto diferente, na década de 60 do século passado as lutas dos estudantes abalaram e descredibilizaram o regime. Dizia Marx “que o problema não é compreender o mundo mas sim de o mudar. E quem melhor que a juventude o pode fazer, fazendo uso das suas qualidades”. A mudança é vossa. Não pretendemos impor o nosso trajecto. Mas foi o nosso. O vosso são vocês que o hão-de fazer, como quiserem mas desde que o façam. E se por acaso quiserem seguir o nosso, foram vocês que o disseram e não nós.

Nota sobre o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa ⁽¹⁾

Cumpriram-se no passado dia 2 de Abril 40 anos sobre a promulgação da Constituição da República Portuguesa, resultante da Revolução de 25 de Abril de 1974.

No Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), publicado em anexo à lei nº 3/74, de 14 de Maio, previa-se a “convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal e directo”, à qual competia, segundo veio a ser estabelecido no nº 1 do artigo 3º daquela lei nº 3/74, “elaborar e aprovar a nova Constituição República”.

O texto que veio a ser aprovado na Assembleia Constituinte apontava como objectivo da República Portuguesa “assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” (artigo 2º); uma República “empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes” (artigo 1º); e que incluía, entre as tarefas fundamentais do Estado, a de “socializar os meios de produção e a riqueza”, e “abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem” (artigo 9º, c)).

A Constituição de 1976 assentou em dois tipos de poder constituinte: o do povo,

através dos seus representantes saídos da eleição para a Assembleia Constituinte; e, simultaneamente, o dos militares do MFA, com a sua óbvia legitimidade revolucionária, traduzida em dois documentos fundamentais (a Plataforma de Acordo Constitucional de 13/4/1975 e a 2ª Plataforma de Acordo Constitucional de 26/2/1976) em que os militares e os partidos definiram os princípios de uma plataforma política que possibilitasse “a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974”; que assegurasse, enfim, as conquistas da Revolução ⁽²⁾.

Sabemos que a Constituição de 1976 foi objecto de sete revisões, que alteraram profundamente os seus pressupostos iniciais – ao ponto de ser lícito perguntar se a Constituição é ainda a mesma.

Contra a opinião de alguns ilustres constitucionalistas, penso que a Constituição actual já não é a mesma – precisamente por ter sido expurgada dos seus preceitos mais significativos de transformação social, centrados no objectivo de assegurar a transição para o socialismo ⁽³⁾.

Mas é uma Constituição que ainda vale a pena, como estatuto jurídico básico da nossa vida colectiva – e de que podemos

salientar, entre os seus aspectos mais positivos, os seguintes: a) É a Constituição dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos, económicos, sociais e culturais, cujo extenso catálogo incorpora um conjunto de valores de liberdade e de socialidade que são a matriz da nossa vida colectiva (ainda que plural e fragmentada) – direitos esses que funcionam, como diz o constitucionalista Jorge Reis Novais, “como limites jurídico-constitucionais do Estado de Direito” (4); b) É a Constituição que estabelece o princípio da subordinação do poder económico ao poder político democrático” (artigo 80º), a); c) É a Constituição que regula apertadamente os pressupostos materiais e procedimentais, e os limites, de uma eventual suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias, ou seja, a declaração de um “estado de excepção constitucional”. Por tudo isso, e tantos outros aspectos igualmente relevantes, importa defender e preservar a Constituição que temos, como instrumento básico do nosso ordenamento político e jurídico, na medida em que integra a consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos, e o desenho de uma estrutura do poder que os defende contra os abusos de quaisquer

maiorias que se formem.

É uma Constituição que mantém fidelidade aos valores do 25 de Abril.

NOTAS:

(1) - *Este texto foi extraído da intervenção que proferi numa sessão comemorativa do 40º aniversário da promulgação da C.R.P. de 1976, promovida pela Associação Conquistas da Revolução, e que se realizou no dia 7/4/2016, na Casa do Alentejo, em Lisboa.*

(2) - *Sobre as “Conquistas da Revolução”, uma excelente exposição e síntese consta do livro com o mesmo título, editado pela Associação Conquistas da Revolução, 2ª ed.*

(3) - *No sentido de que a Constituição ainda é a mesma, cfr. Gomes Canotilho, “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, 7ª ed., Almedina, pág. 213; e Jorge Miranda, “Constituição e Cidadania 2003-2015”, Almedina, 2016, pág. 15. No sentido do texto, Paulo Otero, “Direito Constitucional Português Volume I – Identidade Constitucional”, Almedina, 2016, pág. 29.*

(4) - *Jorge Reis Novais, “Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria”, Coimbra Editora, 2006, pág. 33.*

O TTIP - cavalo de Troia das multinacionais

O TTIP (“Transatlantic Trade and Investment Partnership”) representa uma velha aspiração das grandes empresas multinacionais. A sua premência decorre fundamentalmente do processo de globalização capitalista em curso e do necessário ajustamento das superestruturas destinadas a garantir o seu domínio. Desta forma, o TTIP é uma expressão do domínio das empresas multinacionais que procuram, através destes tratados, contornar as legislações nacionais designadamente em termos sociais, laborais e ambientais.

O TTIP consiste num acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, visando eliminar todas as tarifas alfandegárias bem como todas as outras barreiras não tarifárias suscetíveis de entrar o “livre comércio” e a “sã concorrência”. Estas tanto podem ser de natureza jurídica, social, sanitária ou ambiental. O TTIP visa, na realidade, a criação de um vasto mercado transatlântico, assegurando o domínio das empresas multinacionais americanas e europeias sobre os povos de ambos os lados do Atlântico. Com base de um hipotético relançamento do crescimento económico, estas negociações pretendem na realidade

o nivelamento por baixo de todas as normas sociais, económicas, sanitárias, culturais e ambientais. Pretendem abrir aos mercados sectores estratégicos para a soberania nacional, designadamente ao nível dos serviços públicos e da segurança social. E para retirar a veleidade aos países que pretendem colocar os interesses dos povos à frente das multinacionais, este tratado pretende a criação de um tribunal supranacional de arbitragem privada, fora de qualquer escrutínio democrático, e com o único propósito de garantir o retorno do investimento.

As negociações prosseguem nas costas dos povos e os dados mais relevantes chegam-nos sob a forma de fugas de informação como foi o caso recente dos documentos de negociação revelados pela Greenpeace, que provam mais uma vez que o ambiente e a segurança das populações estão claramente em segundo plano. São também conhecidos as dificuldades e o condicionamento que são impostos aos deputados do Parlamento Europeu no acesso às atas e à restante documentação sobre o TTIP.

São muitos os domínios onde os impactos de tal acordo serão profundamente lesivos para o interesse nacional. Ao nível dos di-



reitos laborais, a pressão sobre os trabalhadores irá aumentar. Basta lembrar que os Estados Unidos não reconhecem as principais recomendações da Organização Internacional dos Trabalhadores. As consequências ao nível da agricultura serão catastróficas, podendo significar o fim da agricultura familiar. Nos Estados Unidos o modelo produtivo é predominantemente baseado em tecnologias altamente intensivas, altamente consumidoras de todo o tipo de aditivos químicos e biológicos que atentam contra a biodiversidade e a saúde humana, muitos dos quais proibidos na UE.

O TTIP tem despertado protestos por todo o mundo (o último dos quais em Hannover durante a visita de Obama) e levantado um coro de críticas vindo de diversos quadrantes políticos. Apesar das negociações já irem na 13ª ronda, o facto é que os capítulos mais sensíveis, designadamente no capítulo da agricultura, da energia ou dos mercados públicos encontram-se ainda por tratar. E os sinais que nos chegam dos dois lados do Atlântico tendem a demonstrar algum impasse nas negociações. Tal como o “Acordo Multilateral de Investimento” negociado secretamente entre 1995 e 1997 e abandonado em 1998 em consequência da luta dos povos, todos os indicadores apontam para a possibilidade de derrotar este tratado.

Por isso, a luta terá de continuar ainda com mais força!

Miguel Viegas

Deputado do PCP no Parlamento Europeu





e comercialização do livro, e desta convergência do demissionismo estatal com o oligopólio empresarial as consequências para a escrita literária e a expansão da leitura de qualidade, autónoma e crítica foram no geral nefastas.

Decorre da lógica da concentração de avultados capitais em poucas empresas que os seus produtos se escoem rapidamente nos mercados, recuperando-se aqueles capitais para serem reinvestidos ou distribuídos pelos investidores. Produto de venda rápida o de baixo custo que alicie grande número de compradores, que destes pouco exija em capacidade para o desfrutar, ou seja, que o seu conteúdo não suscite reflexão crítica, diálogo com terceiros, em suma, que não se consubstancie literário; que num momento distraia, se ponha de lado e se compre outro. E editoras existem que procuram formatar autores na produção desse tipo de conteúdo.

Se persistem escritores empenhados na criação literária, o perverso no mercado consiste na invasão através dos media, dos escaparates nos mais diversos locais de venda, de obras intrinsecamente não literárias a pretenderem-se passar por tais, o estafado «gato por lebre».

Sérgio de Sousa
Escritor



ACR e Teatro Extremo apresentam

De AÇO e de SONHO

16 JUNHO - 21h - Lisboa

Casa do Alentejo

Espectáculo integrado nas comemorações do 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

Criação e Interpretação António Boeiro, Joana Manuel e Rui Galveias; **Coordenação e Cenografia** Fernando Jorge Lopes; **Desenho de Luz, Montagem Video e Operação Técnica** Sandro Esperança.



Um puzzle de referências e memórias, afectos e esperanças, perdas e ganhos, construído a partir da mensagem de Vasco Gonçalves ao Festival de Teatro de Nancy de 1977, da Constituição da República Portuguesa e da música e das palavras de Sérgio Godinho, Ernesto de Melo e Castro, José Carlos Ary dos Santos, Fernando Tordo, Artur Portela Filho, Eugénio de Andrade, João José Cochofel, Fernando Lopes-Graça, Maria Velho da Costa e José Afonso.

Convidamo-lo(a) a participar e a trazer muitos amigos também.

Entrada Livre!

Assim vai o Mundo...

A situação internacional tem sido marcada por acontecimentos graves, em termos da agudização dos conflitos que se arrastam sem solução à vista e do alastramento das tensões e da ameaça de desestabilização a outros Estados que não se submetem às ordens dos pretensos senhores do Mundo. A recente declaração do primeiro ministro de Israel, Benjamim Netanyahu, de querer fazer perpetuar a ocupação dos Montes Golan, território Sírio ocupado por Israel na sequência da Guerra dos Seis Dias, em 1967, é duma extrema gravidade para a solução do Conflito na Palestina e representa uma manifesta e insustentável atitude de desprezo por toda a comunidade internacional representada na ONU. E digo insustentável porque se trata, inquestionavelmente, de uma apropriação e anexação pela força das armas de parte do território Sírio, com o objectivo claro de rapina dos recursos naturais da região, muito particularmente os grandes aquíferos que alimentam o Jordão, o que, a não ter resposta firme por parte por parte da dita comunidade internacional, deixará o Mundo novamente sem LEI, ou melhor, novamente a Lei do mais forte a governar o Mundo.

Também a recente notícia de abertura da missão permanente de Israel na NATO, nos deixa perplexos, pelo que tal notícia indicia em termos de escalada no caminho da confrontação naquela região do Globo.



Na América Latina, para além da desestabilização em curso na Venezuela e das tentativas de aliciamento em Cuba, é o “golpe de Estado” no Brasil, a 7ª economia do Mundo, a corroborar a teoria da velha estratégia da nova colonização empreendida pelos EUA e seus aliados, através da ingerência e desestabilização dos Estados, para



garantirem a apropriação dos imensos recursos económicos da região. O resto são actores arregimentados, dispostos a vender a própria pátria para manterem as suas vidinhas bem recheadas.

O Brasil de hoje, com todos os problemas que efectivamente ainda tem, está a enorme distância, em termos de justiça social e qualidade de vida, do Brasil que as presidências de Lula da Silva e de Dilma Rousseff se propuseram mudar. O Brasil de hoje é um parceiro de peso no conjunto das potências emergentes, dispostas a fazerem o seu próprio caminho sem submissões, e um aliado respeitado no contexto da luta dos povos latino-americanos contra a exploração imperialista.

Por isso, para as ambições do imperialismo norte-americano de domínio total do Planeta, são um alvo a abater. Na visão míope da nossa comunicação social, deu-se eco às pretensões dos golpistas, em rigoroso seguidismo das campanhas de desinformação das agências noticiosas controladas pelos senhores do dinheiro. A reacção pronta e poderosa da inteligência mundial, com tomadas de posição claras contra os golpistas, as manifestações

populares no Brasil e as manifestações de solidariedade com o povo brasileiro que por todo o Mundo se fizeram sentir, puseram a ridículo os propósitos golpistas sustentados em meras calúnias, e a ridículo ficaram também os desavergonhados escribas deste país à beira-mar plantado. Há tempos, numa manifesta afirmação de reconhecimento da importância no Mundo da nossa Revolução de Abril de 1974, Lula da Silva a propósito da sua distinção como “honoris causa” pela Universidade de Salamanca, afirmara qualquer coisa como isto: “O Atlântico foi pequeno para conter a chegada ao Brasil da Revolução portuguesa”. Nós, Associação Conquistas da Revolução, afirmamos hoje que nenhum oceano conterà jamais a nossa solidariedade com o povo irmão brasileiro e que o Atlântico não foi suficientemente grande para esconder as manobras vergonhosas de traidores, corruptos e golpistas contra a legitimidade democrática no Brasil.

O Brasil vencerá.

José Baptista Alves
Vice-Presidente da Direcção da ACR





Associação Conquistas da Revolução

PRÓXIMAS INICIATIVAS:

| **11 JUNHO 2016 - 11h LISBOA**
Cemitério do Alto de S. João.

Deposição pelos órgãos sociais de uma coroa de flores em homenagem ao General Vasco Gonçalves.

| **16 JUNHO 2016 - 21h LISBOA**

- **Casa do Alentejo**
Apresentação do espectáculo/peça de teatro "De AÇO e de SONHO", uma colaboração entre a ACR e o Teatro Extremo.

Criação e Interpretação de: António Boieiro, Joana Manuel e Rui Galveias.

Entrada Livre.

| **17 JUNHO 2016 - 21h SETÚBAL**

- **Museu do Trabalho Michel Giacometti**
Sessão Evocativa: Comandante Ramiro Correia, Militar de Abril.

Intervenções de: Manuel Begonha (ACR), Pedro Pina (Vereador da C.M. Setúbal) e Fernando Casaca (Diretor do Teatro do Elefante).



www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

ACTIVIDADES RECENTES:

| **30 MARÇO 2016 - 17h30 LISBOA**
Assembleia Geral da ACR.



| **7 ABRIL 2016 - 18h LISBOA**
Sessão Comemorativa do 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa.

| **9 ABRIL 2016 - 17h ALGARVE**
- **São Bartolomeu de Messines**
Sessão sobre a Constituição da República Portuguesa e as Conquistas da Revolução de Abril.

| **21 ABRIL 2016 - 19h30 LISBOA**
Jantar comemorativo da Revolução de 25 de Abril de 1974.



Associação Conquistas da Revolução

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

DEPÓSITO LEGAL 360191/13